

Imperialismo e Subimperialismo na sub-região do Grande Mekong

CHARLES THAME

Thame relata uma trajetória intelectual iniciada na filosofia política (com estudos hegelianos), que migrou para a economia política marxista. Essa guinada foi catalisada pelo contato direto com a brutal exploração de trabalhadores migrantes na fronteira Tailândia-Mianmar. Tal experiência impulsionou sua investigação sobre as causas estruturais da opressão, focando em zonas econômicas especiais e corredores econômicos na sub-região do Grande Mekong.

Na entrevista, Thame oferece uma contribuição singular ao campo, desafiando visões tradicionais sobre o imperialismo no Sudeste Asiático. Ele argumenta que a literatura predominante supervaloriza aspectos político-militares, negligenciando a essência do imperialismo enquanto formação econômica viabilizada pelos processos “normais” do capitalismo – comércio e investimento. Dialogando com clássicos como Lênin e Rosa Luxemburgo, e contemporâneos como David Harvey e Walden Bello, Thame define o imperialismo como fenômeno polivalente, cujo cerne é a drenagem de riqueza via relações de troca desiguais, sustentadas por múltiplas formas de poder (econômico, político, ideológico e militar).

Um dos destaques é a revitalização do conceito de subimperialismo, elaborado há cinco décadas pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini. Thame demonstra sua relevância para analisar potências semiperiféricas como a Tailândia: embora subordinada na ordem global, ela desenvolve relações exploratórias com vizinhos (Laos, Camboja, Mianmar) para resolver contradições internas. Ele traça paralelos explícitos com a experiência

brasileira pós-1964. Essa análise permite compreender como países como a China podem ser

CHARLES THAME

Professor da Faculdade de Ciência Política,
Thammasat University, Bangkok, Thailand.
Email: charliethame@me.com

simultaneamente vítimas do imperialismo central e agentes de práticas imperialistas periféricas.

Ao abordar desafios metodológicos na quantificação da troca desigual e apresentar conclusões de sua pesquisa, Thame não apenas detalha a economia política do Sudeste Asiático, mas também oferece um roteiro para novos pesquisadores.

A entrevista oferece análise empírica e teoricamente robusta, conectando o Sul Global (da América Latina ao Sudeste Asiático), reafirmando a centralidade da relação capital-trabalho para as Relações Internacionais e convidando a uma revisão crítica das configurações do imperialismo no século XXI.

Mônica Dias Martins: É um grande prazer, Charlie, realizar essa entrevista sobre um tema tão relevante. Você poderia, por favor, começar falando sobre sua formação e sua trajetória intelectual?

Charlie Thame: Obrigado, Mônica, por interessar-se por nosso trabalho (Charlie Thame e Jana Chin) e por nos oferecer uma chance de discuti-lo com seus leitores!

Meu principal interesse há muito tempo é a filosofia política. Descobri o anarquismo e o liberalismo clássico na adolescência, o primeiro por meio da música *punk*, o segundo na biblioteca da escola (eles tinham Mill, mas não Kropotkin!). Tive a sorte de poder perseguir esses temas na universidade, onde fui apresentado a Hegel no primeiro ano do meu bacharelado e a Marx no segundo. Achei Marx interessante, mas Hegel rapidamente se tornou minha verdadeira paixão; rejeitei fortemente a leitura liberal de Fukuyama sobre ele e a associação de suas ideias com o neoconservador e imperialista “Projeto para o Novo Século Americano”. Era óbvio para mim que a segunda Guerra do Iraque fora essencialmente uma guerra por petróleo, mas também havia um aspecto normativo que eu estava interessado em explorar. Passei a maior parte dos meus estudos de graduação e pós-graduação explorando ideias de liberdade, libertação e emancipação na filosofia política clássica e na teoria internacional, incluindo

meu doutorado,¹ mas isso sempre foi mais próximo do idealismo de Hegel do que do materialismo de Marx. Isso mudou quando fui para a fronteira Tailândia-Mianmar em 2011, no último ano do meu doutorado. Desde a década de 1980, a cidade fronteiriça de Mae Sot se desenvolveu como um centro de manufatura intensiva em força-de-trabalho, baseada principalmente no trabalho imigrante de Mianmar, e me vi cercado por pessoas que estavam sujeitas à mais horrível exploração por seus empregadores e autoridades tailandesas. Eu queria entender as razões estruturais para isso, o que me levou a trabalhar com migração, zonas econômicas especiais, corredores econômicos e economia política marxista. É nisso que venho trabalhando nos últimos dez anos.

Mônica: Como começou seu envolvimento com o Sudeste Asiático? *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson revela seu apego emocional e profissional a essa região e foi uma literatura fundamental para nossa rede de pesquisa. Ben veio nos visitar e trabalhar conosco três vezes em Fortaleza (Estado do Ceará, Brasil): 1995, 2011 e 2015, para o lançamento de *Sob três bandeiras*

Charlie: Visitei a Tailândia, Laos e Camboja pela primeira vez como mochileiro na era dos voos baratos e taxas de câmbio altas (a meu favor) em 2004, mas visitar minha mãe em Mae Sot em 2008 teve mais impacto. Ela trabalhou na educação infantil e veio voluntariar-se nos campos de refugiados ao longo da fronteira quando comecei meus estudos de pós-graduação. Isso foi cerca de um ano após a revolta dos monges na Birmânia (a “Revolução do Açafrão”) e o Ciclone Nargis. Ambos forçaram mais pessoas a fugir do país. Os campos estavam lá desde meados da década de 1980 e um movimento de direitos humanos no exílio cresceu após a repressão militar à revolta pró-democracia de 1988. Recordo-me vividamente de passar a maior parte de um dia na Associação de Prisioneiros Políticos (Birmânia) ouvindo histórias de estudantes da geração 88 que foram presos e torturados pela junta, muitas vezes recebendo sentenças de mais de 10 anos por expressar

1 Thame, Charlie. 2013. Love, Ethics, and Emancipation: The Implications of Conceptions of Human Being and Freedom in Heidegger and Hegel for Critical International Theory. PhD diss., Aberystwyth University: Department of International Politics.

apoio à oposição democrática, que então se comprometeram a ajudar outros prisioneiros políticos do exílio ao serem libertados. Testemunhar sua solidariedade e determinação foi transformador para mim. Voltei para a fronteira em 2010 e 2011 e passei vários meses como voluntário naquela organização como pesquisador associado enquanto concluía minha tese. Desde então tenho me dedicado a entender as muitas lutas reais na região, em defesa do meio-ambiente, contra o abuso e a exploração do trabalho e regimes cada vez mais autoritários. Acho que as pessoas envolvidas nisso ajudam a reafirmar alguma fé na humanidade e nos dão um pouco de esperança diante desse mundo disfuncional em chamas, muitas vezes com grande risco e custos pessoais.

Acho que uma das grandes conquistas de Ben, particularmente seu trabalho sobre nacionalismo, foi “centralizar a periferia” ao mostrar como entender melhor os fenômenos em lugares aparentemente periféricos, como a Indonésia, poderia nos ajudar a entender melhor o mundo como um todo. Esta é uma fonte de inspiração e algo que tentei entender em meu artigo recente sobre a revolução de 2021 em Mianmar, mostrando como ela tem significado² histórico mundial. Considero que é o que Theda Skocpol chamaria de uma grande revolução “social”, como não vimos em nenhum lugar do mundo nos últimos 45 anos (desde as revoluções da Nicarágua e do Irã).³ Se eu conseguir escrever um livro que tenha ao menos metade da qualidade do livro de Ben, então talvez eu possa lançá-lo em Fortaleza também! Nunca estive na América Latina e adoraria visitá-la.

Mônica: O artigo é muito inspirador e faz comparações interessantes entre o Brasil e a Tailândia. Qual foi a sua motivação para realizar o estudo exploratório? Quando foi concebido?

Charlie: Obrigado. Minha motivação foi o trabalho sobre zonas econômicas especiais e corredores econômicos na década

2 Charlie Thame, ‘Myanmar’s Redemptive Revolution: Constituent Power and the Struggle for Sovereignty in the Nwe Oo (Spring) Revolution’, *European Journal of International Relations* 31, no. 1 (March 2025): 152–77, <https://doi.org/10.1177/13540661241289445>.

3 Theda Skocpol, *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008).

de 2010. Na época, muito do que foi publicado sobre esses temas era literatura chapa-branca escrita (e paga) por bancos multilaterais de desenvolvimento, alardeando os benefícios do investimento estrangeiro direto e da construção de infraestrutura. Ambas são claramente importantes: investir em forças produtivas e fornecer eletricidade e água pode ajudar a melhorar a vida e os meios de subsistência das pessoas, especialmente em países e regiões mais pobres. Mas não era exatamente isso que estava acontecendo no terreno no Mekong, onde as pessoas foram expropriadas de suas terras e meios de subsistência tradicionais e empurradas para trabalhos mal remunerados, inseguros e exploratórios. Essa é a realidade da transformação capitalista da região. Economistas liberais dizem que esse sofrimento é um preço necessário a ser pago pelo desenvolvimento e é compensado por ganhos agregados e de longo prazo em nível nacional. Mas não são eles que pagam o preço, e o foco no agregado esconde algo nefasto sobre o modo como as sociedades capitalistas funcionam. De fato, países como o Camboja fizeram progressos importantes desde a abertura em 1994 (posteriormente, aderiram à Associação das Nações do Sudeste Asiático em 1999 e à Organização Mundial do Comércio em 2004). Isso é demonstrado pelos principais indicadores de desenvolvimento, como o PIB. Mas eu estava mais interessado no que esses indicadores ocultavam.

Isso foi algo que explorei em um artigo que escrevi para a *Focus on the Global South*.⁴ O argumento básico era que esses megaprojetos possibilitaram a mercantilização e a extração dos recursos produtivos da região: terra e força-de-trabalho. Mas eu queria entender melhor *quanto* valor estava sendo extraído, explorar tendências e dinâmicas regionais nessas formas de troca desigual e desafiar o “senso comum” desses indicadores *mainstream* em seus próprios termos, com dados primários sobre comércio e investimento. Mas não sou economista de formação e só consegui fazer pequenas incursões nessas questões naquele texto. Alguns anos depois, consegui uma pequena bolsa de pesquisa da minha

4 Charlie Thame, ‘SEZs and Value Extraction from the Mekong’ (Bangkok: Focus on the Global South, 2017).

faculdade, na Universidade Thammasat, para “quantificar relações de troca desiguais” na sub-região do Mekong, que eu usei para oferecer um pequeno pagamento para que alguém trabalhasse comigo em tal projeto. Fui apresentado a Jana, que se mostrou interessada e muito competente. Ela é economista formada, com mestrado em economia do desenvolvimento, com foco na Malásia e no Vietnã, e trabalhava como assistente sênior de pesquisa em um *think tank* econômico em Mianmar, e havia escrito sobre a indústria de vestuário, cadeias de valor, desigualdade e criação de empregos em Mianmar. Estávamos trabalhando juntos no relatório de pesquisa quando a covid chegou e conseguimos algum dinheiro da Fundação Rosa Luxemburgo para explorar o impacto da pandemia nas populações marginalizadas da região.⁵ Esses dois projetos se complementaram e se enriqueceram mutuamente, o primeiro mais quantitativo, o segundo mais qualitativo, e efetivamente se tornaram um único projeto. Conseguimos então garantir um pouco mais de financiamento para criar um livreto ilustrativo para tentar dar visibilidade e retratar essas dinâmicas para um público não acadêmico.⁶ Nós, ou pelo menos eu, esperávamos reunir tudo isso em um livro, mas os militares deram um golpe em Mianmar e desisti da ideia de escrever sobre isso. Uma pequena janela de oportunidade surgiu no ano passado para que o relatório de pesquisa fosse publicado como um artigo em periódico.⁷

Mônica: Do seu ponto de vista, quais são as principais contribuições do materialismo histórico como base teórica para o campo das Relações Internacionais? E para a economia política do imperialismo contemporâneo?

Charlie: Penso que Maïa Pal é quem melhor capta isso quando explica que, em contraste com as abordagens realistas ou liberais das Relações Internacionais, os materialistas históricos desafiam

5 Thame, Charlie & Rue Glutting, Jana Chin “Corona Crisis in the Mekong: From Extractive Imperialism to A New Bloom” Hanoi: Rosa Luxemburg Foundation 2021.

6 Thame, Charlie, Nancy Chuang, and Jana Chin Rue Glutting 2021, “Expropriation, Exploitation, and Unequal Exchange,” Hanoi: Rosa Luxemburg Foundation, January. <https://bit.ly/2PwwF4e>

7 Charlie Thame and Jana-Chin Rue-Glutting, ‘Imperialism and Subimperialism in Mainland Southeast Asia: Quantifying Relations of Unequal Exchange.’, *Political Science Review* 11, no. 1 (2025): 167–272, <https://so05.tci-thaijo.org/index.php/RatthasatNithet/article/view/276288>.

sua noção de que “o internacional” é uma derivação dos Estados, e suas suposições sobre o surgimento do mundo moderno como uma ordem internacional de Estados-nação moldada à imagem da Europa.⁸ Ao invés, os Estados, as relações entre eles e as instituições internacionais que buscam mediá-los e moldá-los são, eles próprios, derivados das relações sociais, que, por sua vez, foram estruturadas pelas relações capitalistas de produção. Portanto, as unidades básicas nas quais essas abordagens tradicionais se baseiam estão equivocadas, porque os conflitos interestatais, ou o *homo economicus*, não são substâncias atemporais. Eles têm uma história (enraizada na expansão imperial e na globalização do capitalismo), podem ou não ter um futuro, e existem maneiras alternativas de fazer as coisas e de nos organizar coletivamente, para além das relações de dominação e exploração que atualmente permeiam as relações capitalistas de produção.

Uma das lições mais importantes de Marx é a importância de se colocar a práxis em primeiro plano, como fundamento de sua ontologia social. Apesar de toda a violência, opressão e divisões internas que os seres humanos criam, o que perdura é a realidade social de que nós (os seres humanos, parte da teia da vida) compartilhamos uma vida juntos, ela própria dependente de processos biofísicos e sociopolíticos. A interação entre seres humanos mediada por essas forças é a base da nossa realidade social, e isso nos encoraja a adotar uma abordagem de ciências sociais mais orientada aos processos e relações. Esse tipo de pensamento tornou-se bastante influente nas Relações Internacionais desde o Quarto Debate (entre o positivismo e as abordagens pós-positivistas no final da década de 1980 e início da década de 1990), com exemplos como Patrick Jackson, George Lawson e Barry Buzan, e Milja Kurki.⁹

8 Maïa Pal, ‘International Relations’, in *The SAGE Handbook of Marxism* (Sage, 2022), 858–75, <https://doi.org/10.4135/9781526436108>.

Nota da tradutora: no original, “European *qua* international order of nation-states”. A palavra do latim “qua” traduz-se por “qual”. Por uma questão de fluidez no texto traduzimos de forma indireta “ordem internacional de Estados-nação moldada à imagem da Europa”

9 Patrick Thaddeus Jackson and Daniel H. Nexon, ‘Relations Before States: Substance, Process and the Study of World Politics’, *European Journal of International Relations* 5, no. 3 (1 September 1999): 291–332, <https://doi.org/>

Mas é em Marx (e Hegel) que encontramos os fundamentos dessa abordagem relacional para a teoria, e retornar a eles nos permite desenvolver uma compreensão mais radical e realista do internacional. Mais radical no sentido de nos permitir compreender as coisas pela raiz, mais realista no sentido de que estamos lidando com o mundo real em vez de alguma reificação ou abstração ideológica, o que nos permite compreender melhor e, esperançosamente, evidenciar as causas profundas de males sociais como guerra, a opressão e o ecocídio.

Para mim, um dos conceitos mais úteis nas RI's contemporâneas para compreender a constituição relacional, processual, dialética e intersocial do internacional é o conceito marxiano (ou seja, de Trotsky) de desenvolvimento desigual e combinado [DDC]. Isso nos ajuda a compreender os processos sociológicos que moldam os grandes problemas das RI: guerra, paz e revolução, segurança e desenvolvimento, a ascensão do sistema de Estados-nação, a globalização do capitalismo e as mudanças climáticas.¹⁰ Quando se trata da economia política do imperialismo, a DDC funciona por meio do mecanismo da troca desigual, que é o que Jana e eu tentávamos explorar de várias maneiras em nosso projeto.

Mônica: Você pode explicar aos leitores de *Tensões Mundiais* por que estudos anteriores que se concentram no colonialismo, nos interesses estratégicos dos EUA e nos processos culturais e ideológicos das grandes potências subestimam a economia política do imperialismo?

10.1177/1354066199005003002; Barry Buzan and George Lawson, *The Global Transformation: History, Modernity and the Making of International Relations* (Cambridge University Press, 2015); Kurki, Milja, *International Relations in a Relational Universe* (Oxford: Oxford University Press, 2020)

10 See for example Justin Rosenberg et al., 'Debating Uneven and Combined Development/Debating International Relations: A Forum', *Millennium: Journal of International Studies* 50, no. 2 (January 2022): 291–327, <https://doi.org/10.1177/03058298211064346> but also Alexander Anievas and Kerem Nisancioglu, *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*, Pluto Press, 2015; Alexander Anievas, 'Revolutions and International Relations: Rediscovering the Classical Bourgeois Revolutions', *European Journal of International Relations* 21, no. 4 (December 2015): 841–66, <https://doi.org/10.1177/1354066114565721> and Barry Buzan and George Lawson, *The Global Transformation: History, Modernity and the Making of International Relations* (Cambridge University Press, 2015) and <https://unevenandcombineddevelopment.wordpress.com/>

Charlie: Claro, mas deixe-me esclarecer que esta é uma afirmação que fazemos sobre a literatura existente sobre imperialismo no Sudeste Asiático, especificamente. Em poucas palavras, essa literatura se concentrou no estabelecimento do controle político das sociedades do Sudeste Asiático por potências coloniais, incluindo Grã-Bretanha, França, Espanha, Holanda, Estados Unidos e Japão no final do século XIX e início do século XX; na busca de interesses estratégico-militares dos EUA na região ao longo do século XIX (por exemplo, nas Filipinas), do século XX (por exemplo, no Vietnã, Laos e Camboja) e na chamada “nova Guerra Fria” entre os EUA e a China hoje. A expansão dos poderes político e militar são certamente aspectos do imperialismo, mas focar exclusivamente nisso negligencia como o imperialismo funciona basicamente como uma formação econômica e pode ser promovido por meio de processos “normais” de comércio e investimento capitalistas. Este é um componente importante do imperialismo que tem sido subestimado e pouco estudado em trabalhos anteriores sobre imperialismo (pelo menos no Sudeste Asiático, em comparação com outros lugares).

Mônica: Existe um “novo imperialismo”? Quais são as semelhanças e as diferenças com os estudos clássicos anteriores de Lênin, Rosa [Luxemburgo] etc.? E quanto aos principais argumentos de David Harvey e Walden Bello?

Charlie: Rosa Luxemburgo argumentou que crises de superacumulação forçaram o capital a se expandir para espaços não capitalistas para acessar novas matérias-primas, força-de-trabalho e mercados em busca de lucratividade, e considerou o imperialismo como uma característica inerente ao capitalismo desde o seu início. Lênin, por outro lado, via o imperialismo como um estágio específico (isto é, o mais alto e parasitário) do capitalismo, marcado pela transição da livre concorrência para a produção monopolista e pela crescente dependência de receitas geradas pela exportação de capital em vez de *commodities*. A partir da década de 1950, teóricos da dependência como Samir Amin, André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini ampliaram a ênfase de Lênin no capital financeiro monopolista para argumentar que as empresas localizadas no centro do sistema mundial dependiam cada vez mais da

extração de renda da periferia, praticando um poder monopolista no mercado mundial, para permanecerem lucrativas. Segundo David Harvey, o que caracteriza o “novo imperialismo” (desde a década de 1970) é uma mudança de ênfase, da acumulação por meio da reprodução expandida para a acumulação por meio da espoliação.¹¹ Isso o aproxima mais de Luxemburgo do que de Lênin, na medida em que a lucratividade é vista como mais dependente da relação do capital com seus “exteriores” (por exemplo, a pilhagem da riqueza social e natural) do que de sua dinâmica interna (ou seja, a exploração da força-de-trabalho).

A perspectiva de Harvey tem sido muito influente, inclusive no Sudeste Asiático, e me inspirei bastante nela para o artigo que escrevi para a *Focus* sobre as zonas econômicas especiais no Mekong, a fim de compreender como os capitalistas buscaram restaurar a lucratividade após a crise financeira global. No entanto, essa conceituação luxemburgueana do imperialismo não leva em conta as maneiras pelas quais o valor é extraído por meio da exploração do trabalho: isto é, uma vez que as *commodities* básicas foram produzidas e os trabalhadores entraram no mercado. Essa é uma das razões pelas quais me sinto desconfortável com o termo “novo” imperialismo. Felizmente, tem havido uma atenção renovada às relações de troca desiguais em operação em nível internacional, o que nos ajuda a reequilibrar a ênfase de Luxemburgo e Harvey nas relações do capital com seus exteriores com uma ênfase mais leninista na dinâmica interna do capitalismo desde o início dos anos 2000, que revisamos neste artigo. O trabalho de Intan Suwandi sobre cadeias globais de *commodities* é um exemplo e foi uma fonte fundamental de inspiração.¹²

Por outro lado, um dos benefícios do termo “novo imperialismo” é que ele destaca a centralidade do aspecto econômico do imperialismo. Isso parece ser pouco enfatizado por aqueles que entendem o imperialismo como caracterizado pelo exercício da força militar. A compreensão de Walden Bello sobre o fenômeno é um exemplo

11 David Harvey, *The New Imperialism*, (Oxford: Oxford University Press, 2003)

12 Intan Suwandi, *Value Chains: The New Economic Imperialism* (Monthly Review Press, 2019).

disso, com o qual discordamos. Ele escreveu um artigo em 2019 questionando se a China pode ser considerada uma potência imperial. Ele reconhece que o investimento externo do Estado chinês desde a década de 1990 tem sido acompanhado por grilagem de terras, exploração da mão de obra, políticas de endividamento, depredação ambiental e apoio a ditaduras no Sul, mas argumenta que isso tem sido marcado por relativamente pouca violência e força em comparação com a subjugação ocidental, concluindo que a China ainda não pode ser considerada imperialista.¹³

A deficiência dessa posição é que ela se concentra apenas na força militar como característica definidora do imperialismo, equiparando-a, assim, erroneamente, ao colonialismo e ao exercício do poder estatal violento, em vez da drenagem de riqueza. Para nós, o imperialismo é definido pela drenagem de riqueza dos países dominados por meios coercitivos, e a força militar é apenas uma forma de poder social (junto com o poder político, econômico e ideológico)¹⁴. Mesmo que a força militar não tenha desempenhado um papel, outras formas de coerção podem ter desempenhado. Além disso, o velho dito sobre imperialismo e subjugação colonial, de que “o comércio segue a bandeira”, me parece problemático. Veja os desenvolvimentos recentes no Paquistão e em Mianmar, por exemplo. Ambos os países têm enormes corredores econômicos em construção e concederam às forças de segurança privadas chinesas autorização para proteger os investimentos chineses em seus países. Aqui, parece que a bandeira está seguindo o comércio.

Mônica: Você diz, e eu cito: “Nossa visão é que o imperialismo é um fenômeno polivalente com aspectos políticos e econômicos, além dos militaristas, e que Estados semiperiféricos como a China podem usar seu poder para se envolver em subimperialismo.” Essa é uma definição conceitual? E quanto a outros aspectos da dominação, como ideologia e cultura, por exemplo?

Charlie: Acredito que a formulação mais completa é aquela que oferecemos na conclusão:

13 Walden Bello, “China: An Imperial Power in the Image of the West?”, (Bangkok: Focus on the Global South, 2019).

14 Michael Mann, *The Sources of Social Power. 1: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

“O imperialismo é mais bem compreendido como um fenômeno polivalente caracterizado por relações de troca desiguais, promovidas por meio do poder político, econômico, ideológico e militar, e apoiadas pelas abordagens tradicionais de comércio e desenvolvimento. Essas abordagens facilitam a drenagem de riqueza real (social, ecológica) dos países em desenvolvimento, concentrando-se no valor monetário do comércio em vez dos recursos incorporados (biofísicos, trabalho), contribuindo para a acumulação e valorização do capital (uma forma alienada de riqueza) que beneficia desproporcionalmente frações do capital localizadas nos países dominantes.”¹⁵

Vemos o imperialismo sob o capitalismo como uma propriedade da relação capital-trabalho; especificamente, sua dimensão internacional, ao invés de um atributo do sistema internacional *per se*. Esta última visão é comum entre a esquerda anti-imperialista, mas leva a uma compreensão circunscrita do imperialismo que tende a se concentrar apenas no imperialismo estadunidense. Para nós, os Estados promovem o imperialismo quando internalizam os interesses do capital e exercem poder (militar, político, econômico, jurídico, ideológico) em apoio a esses interesses, como por meio de relações bilaterais ou instituições multilaterais. Essa definição inclui ideologia e, possivelmente, também cultura, que desempenham papéis importantes quando se trata da justificação e “normalização” da troca desigual. Por exemplo, a economia neoclássica sustenta que a troca de dinheiro por mercadorias, incluindo força-de-trabalho, no mercado é essencialmente uma troca “livre” e igualitária, negligenciando o fato de que o valor monetário da força-de-trabalho é fundamentalmente afetado e suprimido por forças políticas, como regimes trabalhistas e controles de imigração, para citar apenas dois. Por sua vez, a cultura consumista incentiva a valorização da riqueza monetária em detrimento da riqueza natural e social, incentivando as pessoas a acreditarem que essa é uma troca apropriada.

15 Charlie Thame and Jana-Chin Rue-Glutting, ‘Imperialism and Subimperialism in Mainland Southeast Asia: Quantifying Relations of Unequal Exchange.’, *Political Science Review* 11, no. 1 (2025): 167–272, <https://so05.tci-thaijo.org/index.php/RatthasatNithet/article/view/276288>. P.261

Mônica: Como o subimperialismo, conceito desenvolvido há 50 anos no contexto das relações do Brasil com nossos vizinhos sul-americanos, nos permite esclarecer cenários da era atual? O artigo explora essa categoria na Tailândia. Nossa revista publicou alguns artigos sobre Ruy Mauro Marini: Claudio Katz “As modalidades atuais do subimperialismo” (<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/369>) e Mathias Seibel Luce “Subimperialismo, estágio superior do capitalismo” (<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471>).

Charlie: Obrigado pelos artigos, vou lê-los com interesse!

Em síntese, como tenho certeza de que seus leitores sabem, o subimperialismo é uma ideia desenvolvida pelo grande economista e sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini. Refere-se ao processo pelo qual Estados que atingiram um certo nível de desenvolvimento desenvolvem suas próprias relações de exploração com Estados ainda menos desenvolvidos para compensar as contradições que surgem no curso de seu próprio desenvolvimento. Isso nos ajuda a compreender melhor as mudanças contemporâneas na ordem mundial.¹⁶

Em suma, há uma tendência entre muitos na esquerda de entender o imperialismo como uma característica do sistema mundial como um todo, refletida no debate acima, para o qual Bello contribui, a respeito da China. Por quase todas as métricas, a China é vítima do imperialismo: historicamente sujeita à humilhação imperial, à conquista territorial e às relações desiguais com as potências ocidentais, cercada por bases militares americanas e sujeita a uma drenagem agregada de riqueza para países centrais como os EUA. No entanto, só porque a China está sujeita à exploração imperialista não impede Pequim de se envolver em relações imperialistas com outros Estados; negar isso é ignorar as realidades de uma ordem mundial multipolar emergente, sem mencionar os danos ambientais causados pela extração de terras raras em lugares como o norte de Mianmar, ou a exploração do trabalho em

16 Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolucion*, (Mexico City: Siglo Veintiuno Editores, 1969).; Ruy Mauro Marini, *Dialectica de la dependencia*, (Mexico City: Ediciones Era, 1973)

zonas econômicas especiais no Laos e no Camboja, ambos pontos importantes nas cadeias de *commodities* direcionadas à China. A categoria de subimperialismo nos ajuda a reconhecer que ambas as realidades podem ser verdadeiras.

Também notamos semelhanças entre o Brasil após o golpe de 1964 e a Tailândia após o golpe de 2014. Em ambas as circunstâncias, seus respectivos governos militares lançaram ofensivas contra as forças populares, ao mesmo tempo em que reforçavam coalizões da classe dominante que ligavam burguesias domésticas a oligarquias de proprietários de terras e comerciantes. Em ambos os casos, os mercados domésticos não conseguiram absorver o aumento da produtividade, uma contradição que foi resolvida em certa medida pela expansão para novos mercados internacionais, especialmente em seus países vizinhos. No caso da Tailândia, isso se deu por meio de investimento estrangeiro direto em setores como mineração, finanças, construção, agronegócio e agricultura integrada, facilitados por organizações intergovernamentais como a Estratégia de Cooperação Econômica da Sub-região do Grande Mekong, a Estratégia de Cooperação Econômica Ayeyawady-Chao Phraya-Mekong e o mecanismo de Cooperação Lancang Mekong.

Mônica: Você poderia nos apresentar uma visão geral das metodologias desenvolvidas para quantificar relações de troca desiguais e as conclusões da sua experiência de estender as metodologias a uma análise das tendências de comércio e investimento na região do Mekong? Que desafio, de uma perspectiva marxista! Como você disse: “por trás do disfarce do que parece ser uma troca igualitária (dinheiro por bens, bens por dinheiro), esconde-se uma troca desigual de valor (dinheiro trocado por quantidades crescentes de trabalho/recursos biofísicos)”.

Charlie: Neste artigo, revisitamos três metodologias diferentes: análise insumo-produto [*input-output analysis*], diferenciais cambiais e equalização da taxa de lucro. O principal desafio aqui é que a desigualdade cambial é obscurecida por categorias da teoria econômica burguesa dominante e pelos dados estatísticos nelas baseados, com os quais não temos escolha a não ser trabalhar, e há inúmeras lacunas nos dados existentes para os países pesquisados, o que nos impossibilitou estender as metodologias usadas

para quantificar a desigualdade cambial em outros contextos para o nível sub-regional. Em vez disso, tivemos que desenvolver uma análise mais granular das tendências de comércio e investimento. Recomento aos leitores a leitura do artigo, para mais detalhes.

Mônica: Gostaríamos de saber as principais descobertas da sua pesquisa e, se possível, um breve panorama conclusivo dos cinco países: Tailândia, Vietnã, Mianmar, Camboja e Laos.

Charlie: A principal conclusão que tiramos é que os grandes conglomerados sediados na Tailândia e, em menor escala, no Vietnã, têm sido os principais beneficiários da integração sub-regional desde o início dos anos 2000. Isso ocorreu às custas do Camboja, do Laos e de Mianmar, e de frações da força de trabalho na Tailândia e no Vietnã. Os dados mostram que setores específicos foram preferidos, como mineração, construção, setor financeiro e agronegócio e, como resultado, o valor das empresas sediadas na Tailândia aumentaram drasticamente, de uma forma desvinculada da realidade da economia tailandesa. Isso sugere que o crescimento atribuído ao Laos, ao Camboja e a Mianmar pode distorcer os dados, com benefícios para as empresas tailandesas possivelmente alcançados por meio de mecanismos de equalização da taxa de lucro. O que não foi possível explorar adequadamente, devido a deficiências de dados, foi até que ponto o Japão e a China também se beneficiaram. Ambos apoiaram a construção de corredores econômicos desde as décadas de 1990 e 2010, respectivamente, e há indícios nos dados de que empresas japonesas podem ter capturado grande parte do valor produzido por meio do comércio com a Tailândia.

Politicamente, a Tailândia desempenha há muito tempo um papel subordinado e funcional em disputas globais mais amplas sobre visões hegemônicas de ordem mundial. O país serviu como ponta de lança para a expansão global e consolidação das relações capitalistas de produção durante a Guerra Fria, enquanto as relações com a China se fortaleceram desde a Crise Financeira Asiática de 1997 e o golpe de 2014. Em contraste com as perspectivas realistas, liberais ou construtivistas sobre as organizações inter-governamentais que mencionei acima, que enfatizam seu papel na busca de estratégias de proteção/equilíbrio em meio a grandes

disputas de poder, cooperação econômica vantajosa para todos com base em ganhos absolutos em vez de relativos, ou socialização de atores internacionais em iniciativas lideradas localmente, empoderando assim Estados fracos, sugerimos que nossos dados apoiam uma perspectiva materialista histórica. De acordo com essa visão, o papel dessas organizações internacionais é ajudar as classes dominantes a equilibrarem rivalidades inter-imperialistas de modo a maximizar a lucratividade das frações dominantes do capital doméstico e solidificar as coalizões da classe dominante, especialmente quando confrontadas por ameaças populares vindas de baixo.

Mônica: Por fim, como essa rica experiência pode ajudar jovens pesquisadores que desejam se aprofundar nesse campo de estudo? Quais são as questões mais promissoras, na sua opinião? Que sugestões você daria à nossa rede de pesquisa, o Observatório das Nacionalidades?

Charlie: Bem, ainda há muito trabalho a ser feito quando se trata de explorar as relações imperialistas de países semiperiféricos, como China, Tailândia e, presumivelmente, o Brasil. Minha primeira sugestão seria que jovens pesquisadores questionassem o que entendem por imperialismo. Se acharem nosso argumento convincente, de que ele é mais bem compreendido como a manifestação internacional da relação capital-trabalho, então o imperialismo continua sendo uma característica inerente do capitalismo, não apenas em escala mundial, com os EUA como principal beneficiário, mas também em nível sub-regional. Aqui, o subimperialismo é útil para ajudar a lançar mais luz sobre um fenômeno que continua sendo um grande obstáculo à melhoria da condição humana. Isso é particularmente verdadeiro em países dominados, sujeitos a forças sociais que estão transformando suas sociedades para atender aos imperativos da acumulação de capital no núcleo e perpetuar a drenagem da riqueza real (social e ecológica), mas também nos próprios países subimperialistas. Isso ocorre porque os capitalistas nacionais nesses países consideram mais lucrativo reinvestir os lucros obtidos com a exploração de suas classes trabalhadoras por meio de investimento estrangeiro direto no exterior, em vez de desenvolver forças produtivas internamente.

Em segundo lugar, em termos de pesquisas futuras, consideramos particularmente desafiador explorar as relações de trocas ecológicas desiguais, e [o tema do] o comércio intermediário, [que] é uma prática atualmente pouco estudada. Ambas seriam áreas interessantes para explorar com mais detalhes. Por fim, mudanças duradouras e a luta anti-imperialista são algo que se busca melhor por meio do reequilíbrio das relações de poder entre capital e trabalho. Isso requer mais pesquisas voltadas para o empoderamento de frações de classes subalternas: ajudando-as a compreender os problemas que enfrentam e a encontrar soluções que possam ajudá-las a afirmar melhor seu poder.

Mônica: Muito obrigada!

Charlie: Agradecimentos meus e de Jana!